

TSE avaliará se houve abuso em desfile de carnaval que homenageou Lula

Problemas na homenagem da Acadêmicos de Niterói foram antecipados pelo Correio da Manhã

Por **Gabriela Gallo**

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aceitou uma ação do partido Novo contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) por suposto abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação devido à apresentação da escola de samba Acadêmicos de Niterói que homenageou o presidente Lula no carnaval deste ano.

O caso foi aceito pelo corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Antonio Carlos Ferreira. Ele ainda concedeu prazo de cinco dias para que as defesas de Lula e Alckmin se manifestem sobre as acusações.

Antes mesmo do desfile da escola de samba no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, em 15 de fevereiro, a Coluna Magnavita do Correio da Manhã já antecipava os possíveis problemas eleitorais da escolha da homenagem e já informava que os partidos de direita decidiram não interferir antes que o desfile ocorresse, justamente para embasar uma ação no TSE.

RECURSOS PÚBLICOS

A acusação sustenta que os municípios de Niterói e do



TSE julgará se houve abuso de poder econômico na homenagem da escola

Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) destinaram à agremiação R\$ 9,6 milhões “por instrumentos posteriores ao anúncio público do enredo, ocorrido em julho de 2025”. O recursos ainda alegam que “os repasses públicos foram feitos em inobservância a padrões de legalidade”.

Como adiantado pela Coluna Magnavita, a Justiça Eleitoral avaliará uma suposta relação entre o presiden-

te Lula e o então presidente da agremiação na época do carnaval Wallace Palhares, que era vereador pelo PT de Niterói. Poucos dias antes do desfile, em 5 de fevereiro, Palhares foi exonerado do cargo de assistente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

“ELEMENTOS SUFICIENTES”

Ao Correio da Manhã, o especialista em direito eleitoral e sócio do Guilherme Mota Advogados Guilherme Augusto Mota reiterou que o

TSE “ainda não reconheceu a existência de abuso eleitoral”, mas entendeu que existem elementos suficientes para justificar que seja aprofundada a apuração dos fatos.

“O que será necessário investigar é se houve direcionamento excepcional de recursos, participação dos investigados ou alguma articulação destinada a transformar financiamento público e exposição midiática em vantagem eleitoral. Não basta apenas demonstrar que o fato beneficiou politicamente o

candidato. É necessário comprovar que a conduta apresentou gravidade suficiente para comprometer a normalidade e a igualdade da disputa”, explicou Guilherme para a reportagem.

A reportagem ainda conversou com o advogado e especialista em Direito Eleitoral Renato Ribeiro de Almeida. Ele explicou que o “aspecto juridicamente mais sensível do processo está justamente na passagem entre dois planos que não podem ser automaticamente confundidos”.

“Uma coisa é discutir a regularidade administrativa dos recursos públicos destinados ao carnaval e reconhecer que um desfile dedicado à trajetória de um pré-candidato produziu exposição política. Outra, juridicamente muito mais exigente, é demonstrar que configurou abuso de poder econômico”, completou Ribeiro.

Agora serão apresentadas as defesas e produção de provas contra Lula. Caso o tribunal julgue a ação como precedente e os magistrados considerem que foram praticados os crimes eleitorais, as consequências podem alcançar cassação do registro ou do diploma do candidato e eventual inelegibilidade de oito anos.

Ex-comandante da FAB reafirma tentativa de golpe

Por **Beatriz Matos**

Os bastidores da articulação para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que antecedeu os ataques de 8 de janeiro de 2023 e terminou anos depois com a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados no Supremo Tribunal Federal (STF), vão ganhar um novo capítulo em plena campanha presidencial.

Ex-comandante da Aeronáutica no governo Bolsonaro e testemunha da acusação no processo da trama golpista, Carlos Baptista Junior lança em setembro “Eu disse NÃO: uma trincheira antigolpista”, livro em que relata as pressões sofridas pela cúpula das Forças Armadas e as reuniões realizadas após a der-

rota do então presidente nas eleições de 2022.

PESO POLÍTICO

A obra recupera o período entre 2021 e a posse de Lula, mas ganha peso político pelo momento. Quatro anos depois da eleição que desencadeou a crise e com Flávio Bolsonaro (PL) disputando a Presidência, episódios já investigados pela Polícia Federal (PF) e julgados pelo STF voltam ao debate público pela versão de um militar que estava no centro das reuniões.

Baptista Junior conta que, entre 3 de outubro e 14 de dezembro de 2022, os comandantes das três Forças foram chamados 12 vezes ao Ministério da Defesa para encontros relacionados ao cenário político e eleitoral.

Depois da derrota de Bolsonaro, as discussões avançaram para possibilidades como Estado de Defesa, Estado de Sítio e Garantia da Lei e da Ordem.

Foi em uma dessas reuniões que ocorreu um dos episódios que depois se tornariam centrais na investigação. Segundo Baptista Junior declarou ao STF, o então comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, reagiu à possibilidade de uma ruptura e advertiu Bolsonaro: “Se você tentar isso, eu vou ter que lhe prender”.

O ex-comandante tornou-se testemunha no processo que terminou, em setembro de 2025, com a condenação de Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão. E resolveu levar os detalhes a um livro.



Baptista Júnior ofereceu voo turbulento a Bolsonaro

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL